Reportagem do Parlamento dos Jovens e Euroscola

Nos dias 8 e 9 de maio de 2017, realizou-se na Assembleia da Republica, em Lisboa, a fase nacional do programa Parlamento dos Jovens e do concurso Euroscola.

Esta viagem iniciou-se bastante cedo. Pelas 7:00 horas, do dia 8, entramos no autocarro, no hotel Axis, em Viana do Castelo. Ao longo da viagem fizemos diversas paragens para recolhermos outros grupos de participantes destes dois projetos. Assim, viajamos até à cidade do Porto, por estradas nacionais, com paragens em Barcelos, Famalicão e Ermesinde. Seguimos pela A1, mas tivemos ainda de fazer um desvio, indo recolher outro grupo de alunos e professores em Fátima. Claro que a viagem foi longa e quando chegamos à Assembleia da República os trabalhos nas Comissões já tinham começado, bem como as apresentações/dramatizações do Euroscola. Ficamos, de certo modo, bastante descontentes com o longo e cansativo percurso da viagem, situação que se repetiu, no regresso, de forma inversa, e que só nos permitiu chegar a casa depois das 2:00 horas da manhã, com aulas às 08:30.

Quando chegamos à Assembleia da Republica fomos divididos em 3 grupos: um constituído pelas deputadas Joana Amorim e Maria Dias Sá que se dirigiram à sala da respetiva Comissão, outro pelas concorrentes Diana Oliveira e Nádia Barroso que participaram no Euroscola e por último, o grupo dos jornalistas, em que eu, Rafael Carvalho, estava incluído. O grupo de estudantes de Monserrate foi acompanhado pelas professoras Cecília Araújo e Maria do Carmo Morais, que coordenaram estes projetos a nível de escola e de distrito.

A Comissão, onde se incluía a representação de Viana do Castelo e que integrou os deputados de Aveiro, Évora, Fora da Europa, Guarda, Portalegre e Porto, foi Presidida pelo deputado Luís Monteiro, do Bloco de Esquerda, teve como Vice-Presidente o deputado Diogo Marques, do PSD, e como Assessora Susana Fazenda.

Enquanto os jovens deputados realizavam, nas respetivas Comissões, o debate e a votação das propostas a apresentar na sessão plenária, do dia seguinte, e decorria a

defesa oral/dramatização dos trabalhos do Euroscola, o grupo de jornalistas teve uma visita guiada, pelos Passos Perdidos e pelo Hemiciclo da Assembleia da República.

No final da tarde e antes do jantar, que foi servido nos claustros da AR, tivemos o momento cultural, na sala do Senado, com a presença de um grupo de teatro que, de improviso, nos proporcionou momentos de descontração e de alegria.

No final do jantar dirigimo-nos para Oeiras, onde pernoitamos na MEES dos Oficiais, juntamente com os participantes dos distritos de Vila Real e de Bragança.

No segundo dia, após o pequeno-almoço, dirigimo-nos para a Assembleia da República, pelas 8:00 horas.

Neste dia tínhamos uma agenda bastante preenchida. Na sessão de abertura, o senhor Presidente da Assembleia da Republica, Eduardo Ferro Rodrigues, mostrou agrado com a nossa presença e, no seu discurso, fez uma retrospetiva da situação atual do país. Tivemos, ainda, a presença do senhor Presidente da Comissão de Educação, deputado do PS, Alexandre Quintanilha, da Secretária Adjunta da Educação, Joana Leitão, e do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Carneiro.

Seguiu-se o momento de perguntas aos deputados dos grupos parlamentares do PSD, Margarida Lopes, do PS, Odete João, do BE, Luís Monteiro, do CDS-PP, Filipe Correia, do PCP, Ana Mesquita e do PEV, Luísa Apolónia.

Os jornalistas também tiveram a oportunidade de entrevistar os senhores deputados, nos corredores, anexos à sala do Senado. A questão que lhes coloquei foi acerca da regionalização. O senhor deputado Filipe Correia, do CDS, disse-me que "… não tem de passar pela

regionalização, mas sim por descentralização", já o senhor deputado do BE, Luís Monteiro, respondeu-me que "… estou contra a forma de descentralização que o governo esta a adotar, mas para haver regionalização tem de ser de forma democrática". A senhora deputada do PS, Odete João, disse que "… para encontrar um mapa demora tempo e os consensos necessitam, também, de tempo".

De seguida, os jornalistas tiveram a conferência de imprensa com o senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Dr. Alexandre Quintanilha. Considero que foi uma oportunidade única ter um deputado a responder às nossas perguntas. A questão que lhe coloquei foi a seguinte: Portugal tem um défice, o mais baixo da história democrática do nosso país, e uma dívida pública superior a 100% do PIB; significa isto que, por um lado é dar e por outro tirar? Da parte do senhor deputado obtive a resposta de congratulação com a atuação do Governo.

Enquanto isto, decorria, na sala do Senado, o debate e a votação das 10 propostas de recomendação à Assembleia da República sobre o tema:

40 anos de Constituição da República Portuguesa e do Poder Autárquico

A Constituição que temos, a Constituição que queremos:

desafios ao Poder Local

que a seguir transcrevo:

"Recomendação à Assembleia da República

Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. No seguimento do artigo 117.º da Constituição, reforçar os mecanismos de responsabilização dos detentores de poder político, através de um agravamento da pena dos processos relativos a casos de gestão danosa do bem público.

2. Instituir as regiões administrativas, reajustando-as às existentes CCDRs, de forma a fomentar a descentralização do poder central, aproximando os cidadãos mediante a realização de um novo referendo (artigo 115.º da Constituição da República Portuguesa) e alargando o poder das autarquias, com vista à satisfação das necessidades prementes das populações e incrementando o desenvolvimento das diferentes regiões de forma igualitária, promovendo a redução das assimetrias litoral/interior que se verificam no nosso País.

3. Revisão e reestruturação das funções das autarquias, responsabilizando-as e autonomizando-as, no que se refere ao funcionamento dos seus setores públicos, recorrendo aos números 1 e 2 do artigo 254.º da Constituição para assegurar os fundos necessários a essa gestão, assim se condicionando, positivamente, a autonomia do poder local, com o objetivo de descentralizar a autarquia local do poder central e, simultaneamente, satisfazer as necessidades da população.

4. Reforçar as competências de decisão ao nível do poder local, eliminando a necessidade de serem transferidas para instâncias superiores, de modo a agilizar o processo, reduzindo a carga burocrática que isso acarreta atualmente, para que os municípios e freguesias possam exercer o seu poder em pleno.

5. Estabelecer um diálogo obrigatório entre o poder central e local sempre que alguma medida ou lei venha a modificar geograficamente ou politicamente o segundo. Em caso de impasse, a voz do povo, através de um referendo, será soberana.

6. Delegação de competências, através dos contratos interadministrativos, do poder central para o poder local no que se refere a várias áreas de governação, para uma gestão mais 2/2 eficaz dos recursos nacionais, pois as entidades locais são verdadeiras conhecedoras da realidade local.

7. Facilitar a integração na vida administrativa local através de referendos e outros mecanismos de intervenção, de modo a haver maior divulgação de verbas já existentes (orçamento participativo) que incentivam a cooperação entre habitantes das localidades e as suas câmaras municipais.

8. Inventariar, recuperar e rentabilizar, através da atração de investimento privado, os recursos endógenos e o património municipal, simplificando os processos deste fundo destinado à revitalização das estruturas já existentes, potenciando mais recursos financeiros para a gestão autárquica.

9. Implementação obrigatória de assembleias municipais jovens sem associação partidária e também de orçamentos participativos jovens para que os jovens sintam motivação para participar ativamente na vida política local, de forma consciente.

10. Adotar medidas que promovam a consciência cívica e a cidadania participativa, tais como: a criação de uma plataforma digital destinada à realização de atos eleitorais e de consulta pública; a criação de um conteúdo programático educativo que exercite as competências cívicas e sensibilize os jovens para a importância do voto, a inserir com caráter obrigatório numa das disciplinas do ensino secundário da área das ciências humanas e sociais; criação de um órgão escolar no ensino secundário

composto por alunos e que sirva para debater os problemas coletivos e propor soluções; criação de uma hora mensal nas turmas do ensino básico destinada a fomentar o interesse dos mais novos pelo debate político e pela decisão conjunta, e também através de um grupo de debate com carácter consultivo e de assessoria local e dinamização de debates e iniciativas de esclarecimento, visando a educação sobre a realidade local e uma melhor gestão administrativa dos concelhos através de uma relação mais estreita entre eleitos e eleitores.

Aprovada na Sessão Plenária de 9 de maio de 2017.

Os Membros da Mesa: Presidente, Sara Santos, Vice-Presidente, Marta Inácio, Secretário da Mesa, Miguel Parente. Secretária da Mesa, Inês Português."

Na sessão de encerramento tivemos a presença do Coordenador do Grupo de Trabalho Parlamentar dos Jovens, Dr. Pedro Pimpão, que enalteceu o trabalho realizado pelos deputados dos círculos regionais e congratulou a geração dos jovens presentes naquela sessão.

Após o encerramento da sessão Nacional do Parlamento dos Jovens teve lugar a entrega dos prémios do concurso Euroscola, em que esteve presente, pelo distrito de Viana do Castelo, a Escola Secundária de Monserrate, com as alunas Diana Oliveira e Nádia Barroso, do 11.º H.